



Saraiva Felipe, ministro da Saúde

Ampliação do acesso a medicamentos: um desafio a enfrentar

Em pesquisa recente, o Ministério da Saúde constatou que quase a metade das pessoas entrevistadas indica a falta de medicamentos como um dos grandes problemas do Sistema Único de Saúde. Esta avaliação da população nos impõe a obrigação de encontrar novas formas para se enfrentar velhos problemas e adotar medidas que tenham impacto efetivo no sistema, fazendo com que os investimentos crescentes sejam traduzidos na disponibilidade de medicamentos nos serviços.

Uma das inovações que pretendemos implantar é na área de aquisição e distribuição de medicamentos. Ao longo do período de construção do SUS, o Ministério da Saúde assumiu inúmeras responsabilidades no campo da política de medicamentos, se envolvendo de forma direta em praticamente todas as ações voltadas ao desenvolvimento da assistência farmacêutica. Ainda que de forma articulada, em parceria com os estados e municípios, é no nível federal que são realizadas atividades de seleção, programação, aquisição e distribuição de medicamentos para praticamente todo o leque de problemas de saúde.

Entretanto, muitas das atividades que estão sendo desempenhadas de forma centralizada no Ministério da Saúde podem e devem ser desenvolvidas por estados e municípios, principalmente no que se refere à atenção básica de saúde.

Nesse contexto, fica prejudicada a possibilidade de uma atuação mais efetiva na articulação e elaboração das políticas setoriais relevantes para a política de assistência farmacêutica, como é o caso da ciência e tecnologia, do desenvolvimento industrial, além da formação de recursos humanos.

Por isso, o Ministério da Saúde vai iniciar, muito em breve, o processo de descentralização de atividades de programação, aquisição e distribuição de medicamentos da atenção básica aos estados e municípios. Para tanto, manterá o financiamento estratégico e o suporte técnico e operacional

naquilo que os outros entes federados entenderem como necessário.

A realização do primeiro Registro Nacional de Preços para os medicamentos do Programa de Medicamentos de Dispensação em Caráter Excepcional proporcionará condições aos estados para adquirirem os medicamentos a preços de escala, pois absorverá em um único processo licitatório os quantitativos consumidos nos estados.

Estará aberta a possibilidade de um processo racional e efetivo do programa, que deve consumir cerca de 36% dos recursos da assistência farmacêutica do Ministério da Saúde em 2006, ou seja, cerca de R\$ 1,25 bilhão.

O lançamento da Rede Brasileira de Produção Pública de Medicamentos permitirá uma atuação coordenada dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais, tornando-os mais efetivos na construção da política nacional de assistência farmacêutica. Entre as potencialidades da Rede, destacam-se a possibilidade de distribuição estratégica da produção, processos mais racionais de aquisição de matérias primas e insumos, desenvolvimento de processos e produtos de forma compartilhada, bem como o estabelecimento de programas conjuntos de capacitação de pessoas e de desenvolvimento tecnológico.

Por fim, temos o desafio de levar os estabelecimentos do Programa Farmácia Popular para todos os estabelecimentos farmacêuticos privados, no sentido de oferecer aos cidadãos brasileiros a oportunidade de adquirir os medicamentos a custos subvencionados pelo Governo, num programa onde o cidadão pague uma parte pequena do preço dos seus medicamentos e o Governo o restante.

Essas medidas servirão para atender ao firme propósito de garantir que os brasileiros que ainda têm dificuldades na aquisição de medicamentos encontrem opções mais dignas com ações e programas do Ministério da Saúde.



A assistência farmacêutica está entre as prioridades do Governo, desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O objetivo central do programa de governo para essa área é a ampliação do acesso aos medicamentos, insumo essencial para a execução adequada das ações de saúde.

Ao longo desses 30 meses de governo, avançamos muito. Nos 30 meses de seu governo algumas dessas medidas merecem destaque, como a inclusão da área de fármacos e medicamentos como uma das quatro prioridades da política industrial, a aquisição da fábrica da GSK para ampliação de Farmanguinhos, o lançamento do Programa Farmácia Popular e a parceria firmada com o Governo de Cuba para incorporação de tecnologia para a produção de biofármacos em Biomanguinhos. É preciso ressaltar, também, que fizemos investimentos de cerca de R\$ 180 milhões na ampliação da capacidade produtiva dos Laboratórios Oficiais e a duplicação dos recursos aplicados no financiamento federal da assistência farmacêutica, cerca de R\$ 4,15 bilhões para 2006.

Dar continuidade àquilo que já foi feito é essencial. Porém, há ainda inúmeros desafios a serem enfrentados para consolidar os avanços e conseguir realizar ainda mais. E é exatamente isto que pretendo fazer na minha gestão. A assistência farmacêutica é e vai continuar sendo uma das grandes prioridades do Ministério da Saúde.